

Limites às mudanças

Economia - Brasil

por José Casado
de São Paulo

Quaisquer que sejam a colaboração política e o tamanho do respaldo popular do próximo governo, são muito limitadas suas chances de realizar mudanças fundamentais na frágil estrutura econômico-social do País.

Há unanimidade nesse diagnóstico. E ela ficou demonstrada em pronunciamentos de empresários e economistas, das mais diferentes tendências, como Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); João Sayad, secretário da Fazenda paulista; ex-ministro da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões, da Fundação Getúlio Vargas; Maria da Conceição Tavares, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Adroaldo Moura da Silva, professor da Universidade de São Paulo.

Em debates promovidos pelo Conselho e pela Ordem

dos Economistas do Estado de São Paulo — na já tradicional Semana do Economista —, eles traçaram, nas últimas 48 horas, um quadro das limitações com que o próximo governo deverá defrontar-se nas áreas social e econômica.

As elites empresarial, política e intelectual operam na gestação de um novo pacto político, observam Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho e Maria da Conceição Tavares. Mas a economista, uma ativa militante do PMDB, constata que os artifícies desse pacto convivem com um drama angustiante: "Será que existe plena consciência sobre o pouco que poderemos fazer neste país? Esta é a questão fundamental e que ainda não está devidamente respondida".

Uma das questões-chave do futuro do País é, por exemplo, a determinação de quem deve pagar, como e qual será o preço de um processo de desindexação global da economia. Com nuances, decorrentes da formação de cada um, essa

tese tem sido defendida tanto pelo ex-ministro Octávio Bulhões quanto pelo ex-ministro Celso Furtado e pelo também ex-ministro Mário Henrique Simonsen.

Mas, ontem, por exemplo, o professor Bulhões — como relata a repórter Sônia Jourdan — deixou dúvidas na platéia que o ouvia sobre "o que" e "como" desindexar neste momento. Ele mesmo observou que tal processo — "vital para a derrubada da inflação" — teria efeitos garantidos se houvesse sido iniciado, nos termos que propôs, em 1980.

Adroaldo Moura da Silva, que tem feito coro com o ex-ministro Mário Henrique Simonsen na tese da desindexação, reagiu da mesma forma evasiva. E justificou: "Nós, os economistas, só analisamos o comportamento da economia e aponhamos as tendências".

João Sayad, secretário do governo oposicionista de Franco Montoro, concorda com a maioria das teses defendidas pelo ex-ministro Celso Furtado, outro mili-

tante e ideólogo do PMDB, mas também diz não saber "como" e "onde" aplicar a receita.

O empresário Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho diz-se "otimista" quanto ao futuro imediato e vê possibilidade de o próximo governo levar o País a um crescimento econômico que atenua o desemprego, criando condições para um amplo "pacto social". O sociólogo Francisco Weffort, militante e ideólogo do Partido dos Trabalhadores, aposta nesse "pacto" desde que originado por uma mobilização de massas de trabalhadores que pressione o próximo governo a uma ampla democratização do sistema produtivo. "A ideia de que a economia de mercado e a liberdade sindical vão resolver todos os problemas do povo é uma piada", ironiza Maria da Conceição Tavares.

Todos concordam, entretanto, que a chave está no uso da imaginação política. E algo começa a surgir nessa área, observa Antônio Barros de Castro, conselheiro do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro (IERJ), lembrando a abordagem do problema da dívida externa feita pelo candidato Tancredo Neves no seu discurso para a convenção do PMDB, no último fim de semana, em Brasília.

Tancredo, segundo ele, introduziu no debate sobre as alternativas da dívida externa — o ponto de estrangulamento da economia brasileira — uma variável nova e bastante atraente, ao afirmar que pretende limitar em 20% da receita das exportações o pagamento anual do serviço da dívida brasileira. A fórmula, disse Castro à repórter Vera Duarte, do Rio, é muito discutível. "O importante é o princípio", concluiu.

(Ver página 5)